



A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC Hoje, Vol 10 No 6 Junho 2008

INTERIORES...



POLÍTICA	3
SEGURANÇA ALIMENTAR	4-5
DESENVOLVIMENTO	6
ENERGIA	7-10
COMÉRCIO	11
NEGÓCIOS	12
ELEIÇÕES	13
GÉNERO	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

Preços de alimentos podem descarrilar o crescimento de África ou acelerá-lo

A TAXA de crescimento africano pode ser descarrilado pela alta global nos preços alimentares, o presidente do BAD, Donald Kaberuka, disse na reunião anual do Banco realizado em Maputo, em Maio. Ele disse que a crise alimentar é uma barreira adicional que poderá colocar a habilidade da África de gerir os riscos e ultrapassar novas ameaças em teste, mas acrescentou que este desafio pode ser transformado numa oportunidade onde a agricultura finalmente torna-se um negócio viável do que uma fonte mísera de rendimento. (Vide *Segurança Alimentar*, páginas 4-6)



Crescimento económico necessário, mas deve ser sustentável

O CRESCIMENTO económico nos Estados membro da SADC é necessário mas não suficiente para fazer um impacto real sobre a erradicação da pobreza, especialmente quando tal crescimento é errático.

A afirmação foi feita pelo Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Donald Kaberuka, num discurso de fundo na Conferência Internacional da SADC sobre a Pobreza e Desenvolvimento realizado nas Maurícias, em Abril.

Kaberuka disse que embora o desenvolvimento económico - sempre medido simplesmente por aumentos positivos do Produto Interno Bruto (PIB) - seja essencial, deve ser sustentado "ao longo de vários anos... abrangente e não exclusivo."

Para enfatizar a necessidade de sustentabilidade, Kaberuka citou um antigo provérbio que que a "tartaruga ganha à lebre."

Ele disse que "o progresso firme e contínuo, desempenho consistente - evitando "pare e vá" - é muito mais preferível que embalagens rápidas seguidos de recuos e declínio ou por

cause de mudanças de políticas, ou mudanças no ambiente externo."

O ponto de vista do timoneiro do BAD são largamente partilhadas pelos proponentes do crescimento pró-pobre. Governos, sector privado e cerca de 120 organizações da sociedade civil representados nas Maurícias partilharam o apelo de Kaberuka para um estado de desenvolvimento consciencializado.

Um estado capaz de desenvolvimento é necessário para apoiar negócios e agricultores, particularmente durante esta era de uma agenda global "sobrecarregada, superlotada" manifestado nos Acordos de Parceria Económica (EPAs) e outros contextos globais.

Para este fim, as organizações da sociedade civil fizeram apresentações apelando aos Estados membros a "adoptarem uma abordagem comum aos EPAs... e concordarem apenas com as provisões que são pró-pobre contrariamente à abordagem holística que pode negar ... objectivos de criação de emprego e alívio de pobreza."

continua na página 2

Crescimento económico necessário mas deve ser sustentável

continuação da página 1

Quanto a questão de sustentabilidade, alguns países da SADC têm registado taxas de crescimento do PIB positivos nos últimos anos. Apesar disso, cerca de 40 por cento dos cidadãos da SADC continuam a viver na extrema pobreza, segundo o Presidente zambiano, Levy Mwanawasa, que é também o presidente da SADC.

Mwanawasa disse que “a pobreza pode acabar através da partilha da crescente riqueza,” acrescentando que existia um grande sentido de optimismo em muitos países que estão actualmente a alcançar progresso para acabar com a pobreza, não importando quão modesto o progresso possa ser.

“O desafio é de fazer que este progresso aconteça mais rápido,” disse o presidente zambiano.

Muitas economias da África Austral são dualísticas e caracterizadas por, por um lado, um sector formal dominado por estrangeiros e, por outro, um sector informal marginalizado, subdesenvolvido e acima de tudo de camponeses indígenas.

Como notado pelo economista Godfrey Kanyenze, o sector formal emergiu como um implante estrangeiro cujo modus operandi foi geralmente ligado a factores externos, prevenindo assim a necessidade para uma acumulação interna e processo de transformação para emergir, que poderia ter capturado a maioria da força laboral nos processos capitalísticos de acumulação.

Kanyenze argumentou ainda que isso teve o efeito de empobrecer e marginalizar as populações indígenas, levando assim a criação de formações de classes fracas e fracos mercados internos com baixa demanda efectiva, por turno

constrangido o crescimento de um comércio intra-regional vibrante.

Ademais, com poucas excepções tais como a África do Sul, as exportações dos Estados membros da SADC são principalmente primárias e bens inacabados com cerca de 90 por cento das exportações da SADC consistindo de minérios e bens agrícolas, e as importações são principalmente capital e bens intermédios, segundo estatísticas oficiais.

Para assegurar uma sustentabilidade a longo prazo, os Estados membros precisarão de diversificar as suas economias como uma forma de protegerem-se dos inevitáveis choques exógenos tais como as mudanças repentinas nos preços mundiais de produtos.

Brasil oferece um dos melhores exemplos de diversificação bem sucedida.

O país da América do Sul tem sido aos longo dos anos o maior produtor mundial de café. Porém, desde os anos 1990, o café já não é central à economia brasileira. O país diversificou em outras áreas, incluindo bens manufacturados, impelindo-se para a décima maior economia mundial.

Cá entre nós, países como as Maurícias alcançaram um crescimento sustentado na boleia de uma economia diversificada, uma que depende sobre o turismo, têxteis, açúcar

Brasil oferece um dos melhores exemplos de diversificação bem sucedida. O país da América do Sul tem sido aos longo dos anos o maior produtor mundial de café. Porém, desde os anos 1990, o café já não é central à economia brasileira. O país diversificou em outras áreas, incluindo bens manufacturados, impelindo-se para a décima maior economia mundial.



e uma base manufactureira em desenvolvimento firme.

Para além da diversificação, os estados membros da SADC enfrentam o desafio de fortalecer o comércio intra-regional.

Kanyenze observou que “como antigas colónias, a integração das economias dos Estados membros da SADC com o sistema capitalista mundial foi determinado pelos interesses imperialistas mercantilistas das potências europeias, que criaram ligações verticais entre as metrópoles/centros europeus e a região/periferia da SADC.”

A dominância de um sector formal plantada exogenamente significou que os países africanos, em geral, e a SADC,

em particular, comercializam mais com a Europa do que entre eles.

Dai que, muito depende da Zona de Livre Comércio da SADC a ser lançado este ano para corrigir esta desequilíbrio histórico.

O papel dos comerciantes informais trans-fronteiriços, que são parte da cadeia de valores regional e global, é muito importante se o comércio intra-regional vai ter relevância numa região onde a economia informal permanece tão importante quanto a economia formal.

Não pode existir ilusões sobre os desafios ameaçadores hoje confrontando a região, e o Primeiro Ministro mauriciano, Navinchandra Ramgoolam, resumiu este ponto quando disse: “A tarefa é certamente imensa mas também é a nossa responsabilidade aos milhões que vivem na pobreza absoluta nos nossos países...”

“O objectivo último do poder sobre o destino das pessoas que lideramos é precisamente de colocar essas pessoas primeiro e tomar decisões que farão uma diferença nas suas vidas e das futuras gerações.” □

Conferência das Maurícias reafirma estratégias para desenvolvimento sustentável

A CONFERÊNCIA Internacional da SADC sobre a Pobreza e Desenvolvimento realizada nas Maurícias, em Abril, ofereceu uma plataforma para um amplo espectro de parceiros dialogar, mas fez mais do que isso.

A intenção da conferência era focalizar sobre o maior desafio da África Austral - pobreza - com os líderes a reafirmarem o seu comprometimento à estratégias multi-combinadas para o desenvolvimento sustentável.

A conferência notou que estratégias compreensivas para erradicar a pobreza já existem aos níveis nacional e regional. O que falta é uma implementação holística e uma abordagem regional colectiva.

Daí que, a declaração da conferência apelou à "todos os Estados membro da SADC a implementar por completo as suas estratégias visando a erradicação da pobreza..." acrescentando que isso seria feito "na prossecução do nosso comprometimento" aos quadros de desenvolvimento da SADC a longo prazo para o fortalecimento da integração regional.

Os quadros de longo prazo são o Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP) e o Plano Indicativo Estratégico do Órgão (SIPO).

A conferência acordou sobre a necessidade de combater e erradicar a pobreza em "todas as suas manifestações e dimensões como uma questão de total urgência através de cooperação e integração regional, políticas sãs e governação económica, a prossecução de políticas apropriadas de comércio e crescimento e participação ganhadora na economia mundial e ... recometer-se para a mobilização dos necessários recursos."

As estatísticas da pobreza para África, em geral, e SADC, em particular, foram repetidas incessantemente até ao extremo de que os números tornaram-se anestesiantes e quase sem sentido. Porém, esta foi uma conferência internacional sobre a

pobreza que evitou pisar o mesmo terreno, concentrando-se apenas sobre áreas prioritárias que requerem atenção urgente.

À luz dos recentes desafios exacerbando a pobreza na região, a conferência identificou seis áreas prioritárias, sumarizadas na declaração como:

- o Alcançar a segurança alimentar numa situação de crescente escassez alimentar global;
- o Atacar o impacto adverso das mudanças climáticas na luta contra a pobreza;
- o Aumentar a capacidade de geração e transmissão de energia, bem como assegurar maior uso de fontes de energia renovável e alternativa;
- o Alcançar um alto crescimento económico através de uma acelerada integração regional, liberalização de comércio pró-pobre e desenvolvimento económico;
- o Desenvolver e sustentar as capacidades humanas através de acesso sustentado da população à educação de qualidade e apropriada, formação em desenvolvimento do bem-estar e social, nutrição, serviços de saúde e desportivos, bem como informação em Estados membro; e
- o Acelerar o desenvolvimento, reabilitação e manutenção de infraestrutura para integração regional.

A conferência, onde participaram líderes políticos da região e de fora a, parceiros de cooperação internacional, sector privado e representantes da sociedade civil, acordou um agama de medidas necessárias para atacar estas áreas prioritárias.

Para alcançar a segurança alimentar, os líderes acordaram em "melhorar sustentavelmente" a capacidade de produção e produtiva, facilitar os fluxos trans-fronteiriços e internos de produtos alimentares baseado em infraestruturas e redes melhoradas.



O desenvolvimento e manutenção de centros de TICs, tais como este em Port Louis, continua importante para a integração regional

Um Grupo de Trabalho do Ministério do Comércio, Agricultura e Finanças será estabelecida para encorajar a colaboração regional neste sentido e o grupo de trabalho recebeu o mandato de "imediatamente focalizar sobre a actual crise alimentar."

No concernente às mudanças climáticas, os líderes comprometeram-se a preparar e implementar planos de adaptação e mitigação nacionais e regional.

E para se alcançar o desenvolvimento económico sustentável pró-pobre, a conferência notou a necessidade de se promover o desenvolvimento relevante do sector financeiro, incluindo micro-finanças e o desenvolvimento de pequenas e média empresas com particular ênfase sobre o género.

Ademais, prioridade deve ser dada à aceleração da integração regional, incluindo a liberalização do comércio intra-regional, investimento trans-fronteiriço e acrescimento de valor para melhorar o clima de negócios e de investimento, os líderes acordaram.

A conferência resolveu "melhorar, expandir e actualizar a infraestrutura" com ênfase sobre métodos de trabalho intensivo e Parcerias Público-Privadas.

A todos os níveis promover-se-á uma educação relevante e

desenvolvimento de habilidades para se assegurar uma eficiência alta geral, produtividade e acelerar os processos inovadores necessários para, entre outros, acolmar o fosso digital.

Devia-se enfatizar sobre um amplo acesso aos serviços de saúde, incluindo cuidados de saúde primários, em todos os Estados membro ao mesmo tempo que é igualmente urgente acelerar esforços para o combate ao HIV e SIDA e outras doenças comunicáveis.

A conferência sublinhou a necessidade para parcerias estratégicas com o sector privado e sociedade civil para mobilizar recursos financeiros e técnicos "para combater a pobreza nas suas raízes".

Acrescido a isso, a conferência resolveu "trabalhar rumo ao estabelecimento de um Observatório Regional da Pobreza para monitorar o progresso alcançado na implementação de acções nas principais áreas prioritárias de erradicação da pobreza."

E com todas as medidas tomadas, a conferência enfatizou sobre a necessidade de se adquirir e desenvolver capacidades ambos no Secretariado da SADC e nos Estados membro para assegurar uma implementação efectiva de programas de erradicação da pobreza. □

Alta global de preços de alimentos

Um desafio ou oportunidade para África Austral?

por Richard Nyamanhindi

CHEFES DE Estado e Governo dos Estados Membro da SADC reunidos nas Maurícias, na conferência da SADC sobre pobreza e desenvolvimento, comprometeram-se a “focalizar imediatamente sobre os actuais desafios alimentares através do aumento da produção agrícola.”

Eles disseram que devia ser feito através do “encorajamento à colaboração regional, pela melhoria sustentável da capacidade de produção e produtividade, e facilitação de fluxos trans-fronteiriços e internos de alimentos com base numa melhorada infra-estrutura e redes de distribuição.”

A SADC está plenamente ciente da necessidade de uma segurança alimentar sustentável na região para alcançar a sua visão de bem estar económico, melhoria dos padrões e qualidade de vida, liberdade e justiça social, e paz e segurança para os seus povos.

O mandato da Direcção da SADC para Alimentos, Agricultura e Recursos Naturais (FANR) é de desenvolver, promover, coordenar e facilitar políticas e programas visando aumentar a produção agrícola e recursos naturais, e produtividade e comércio com o objectivo central de melhorar a segurança alimentar e promoção de desenvolvimento económico.

Pelo que, existe uma oportunidade para a região através da FANR e outros órgãos da SADC estabelecerem medidas que permitirão aos agricultores na região tirar proveito da alta global de preços de alimentos para produzir mais para a região e além fronteiras.

Do outro lado, milhões de pessoas na África Austral estão actualmente a experimentar insegurança alimentar, precisando assistência alimentar e o aumento global de preços alimentares aumentou os custos



Os actuais desafios alimentares podem ser enfrentados através da melhoria de produtividade agrícola

para que alguns Estados membro importem alimentos.

Os dados disponíveis em Março de 2008 mostram que houve um aumento de importações de cereais na região.

Os preços dos principais cereais neste ano de comercialização foram mais altos do que no mesmo período do ano passado devido à forte demanda internacional e fraco fornecimento.

Os actuais preços de milho, o mais importante alimento nuclear em muitos países na sub-região, são geralmente acima dos seus níveis correspondentes de um ano antes.

O que isso significa é que a região devia agarrar a oportunidade que se lhe é oferecida pelos problemas alimentares para aumentar a produção.

A região da SADC tem muita terra arável, geralmente favoráveis condições climáticas e perícia para expandir a produção agrícola, e estes podem ser maximizados para

evitar as importações e produzir um excedente para exportações.

Todavia, com a ameaça de frequentes secas na região causadas por um número de factores, incluindo a aquecimento global a região precisa de continuar a investir muito na irrigação.

Há também necessidade de diversificar a produção alimentar, especialmente na área de pequenos ganhos, que são resistentes à seca para que haja uma reduzida dependência sobre as importações.

Porém, para a região aumentar a produção há uma necessidade urgente de rever monitorar o progresso rumo aos compromissos adoptados pelos líderes da SADC há quatro anos na Declaração da Dar es Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar.

Em Dar es Salaam, em Maio de 2004, os Estados membro reafirmaram o seu compromisso para acelerar o desenvolvimento agrícola sobre o qual mais de 70 por cento de

pessoas na região dependem para alimentação, rendimento e emprego.

A estratégia multi-sectoral da Declaração de Dar es Salaam contém um acordado conjunto de objectivos de curto prazo (2004-2006). Estes incluem a provisão de insumos agrícolas chave; desenvolvimento e processamento agro-industrial; controlo de pestes agrícolas e animais; produção de culturas, animais e pesqueira; e gestão de água e irrigação.

No referente aos compromissos de médio e longo prazo (2004-2010), os líderes concordaram em abordar o uso sustentável e gestão de recursos naturais; preparação contra desastres; pesquisa, desenvolvimento de tecnologia e disseminação; financiamento e investimento agrícola; formação e desenvolvimento de recursos humanos; igualdade de género; e saúde humana e mitigação do HIV e SIDA, e outras doenças crónicas.

À medida que os Estados membro aceleram a implementação da Declaração de Dar es Salaam e Plano de Acção, há ainda necessidade de fortalecer as medidas de médio e longo prazo que foram acordados como uma forma de eliminar os défices na produção de alimentos nucleares tais como milho, trigo e arroz.

A coordenação de acções colectivas e oportunas em resposta para os desafios da região na produção alimentar pode prover a Direcção da FANR do Secretariado da SADC.

A FANR pode também desempenhar um papel significativo na criação de um ambiente conducente à integração regional e prosperidade através do estabelecimento de quadros institucionais e políticas e harmonização de regras e regulamentos para a conservação do recursos genéticos florísticos e faunísticos. □



A existência de vastas terras aráveis e clima favorável oferece oportunidades para se melhorar a segurança alimentar na região, como se vê neste arrozal em Madagáscar

Perspectivas melhores para segurança alimentar na África Austral na presente época agrícola

por Tigere Chagutah

NA ÁFRICA Austral, a época agrícola 2007/08 está a chegar ao fim com a colheita e transporte dos produtos para os mercados em curso.

Embora as chuvas para o plantio tenham começado tarde que o normal, uma precipitação em excesso persistiu durante o Dezembro e Janeiro pela região, causando severas inundações em muitas áreas baixas.

Este foi particularmente o caso ao longo das bacias de rios em Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe, Malawi e Madagáscar.

As chuvas abrandaram desde Fevereiro, e um clima seco desfavorável regressou à alguns países, incluindo Zimbabwe, partes de Botswana, sul do Malawi, sul de Moçambique, leste da Suazilândia e centro da Zâmbia.

Bolsas moderadas de insegurança alimentar são projectadas em áreas afectadas por o inundações localizadas que foi seguida pelo inesperado período de seca entre Fevereiro e Março de 2008.

Apesar dessas vagarices climáticas, as perspectivas globais para a sub-região como um todo são consideradas favoráveis, marcando uma recuperação em relação à época de 2006/7 afectada por secas.

Entretanto, a alta significativa dos preços internacionais de combustível e fertilizantes afectou o uso de insumos chave na agricultura, de alguma forma esmorecendo as perspectivas de boas colheitas.

As avaliações pós-colheita levadas a cabo pela Rede de Sistemas de Aviso Prévio contra a Fome (FEWSNET) em Abril revelaram que a maioria dos domicílios em muitas partes do Malawi, República Unida da Tanzania, Zâmbia e norte de Moçambique terão segurança alimentar durante este ano. Mas espera-se mais dados de outros países da SADC.

Na África do Sul, estima-se em 3.2 milhões de hectares a área plantada de milho nesta época, um aumento de 9.7 por cento em relação ao ano passado.

O Comité de Estimativas de Culturas do Departamento Nacional de Agricultura da África do Sul estima que as colheitas chegarão à 10.765 milhões de toneladas, um aumento de 51.1 por cento contra a colheita do ano passado.

No Malawi, grandes esquemas de subsídios em

insumos e chuva favorável em muitas partes do país contribuíram para estimativas preliminares iniciais de milho, arroz e mandioca que são mais altas do que as anteriores médias quinquenais.

Estima-se que a produção de milho alcance 3.283 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 50 por cento contra a média, mas um decréscimo de cinco por cento contra a época passada.

Na Namíbia, as previsões preliminares sugerem que a

total área plantada decresceu em 14 por cento comparada à média de seis anos, principalmente por causa da chegada tardia do início das chuvas e inundações localizadas.

Apesar dessa redução na área plantada, a previsão de produção de cereais queda-se em 125.000 toneladas, cerca de cinco por cento acima da média de seis anos e dez por cento acima do ano passado quando a produção foi afectada pela seca e padrões erráticos de chuvas. □

Declaração de Dar es Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar

A DECLARAÇÃO de Dar es Salaam de Maio de 2004 identificou um número de áreas prioritárias sobre as quais os Estados membro da SADC acordaram em focalizar a curto prazo (2004-2006) e médio e longo prazos (2004-2010) para se alcançar a segurança alimentar para a região.

As medidas de curto prazo incluem a necessidade dos Esta-

dos membro assegurarem a disponibilidade e acesso aos insumos chave agrícolas aos agricultores.

A cimeira também enfatizou a necessidade de prover apoio dirigido aos agricultores vulneráveis com insumos chave tais como variedades de sementes melhoradas, fertilizantes, agro-químicos, serviços de cultivo e insumos agrícolas.

Acrescido a isso, os líderes da SADC comprometeram-se a que todos os Estados membro iriam "progressivamente aumentar o financiamento para a agricultura através da alocação de pelo menos dez por cento dos orçamentos nacionais durante um período de cinco anos em linha com a Declaração de Maputo da União Africana sobre Agricultura e Segurança Alimentar de Julho de 2003."

Progresso na implementação da Declaração de Dar es Salaam

Compromisso	Estado de Implementação
Alocação de dez por cento dos orçamentos nacionais para agricultura e desenvolvimento rural.	Embora muitos países aumentaram significativamente as suas alocações orçamentais para o sector agrícola, os montantes ainda não cresceram aos acordados dez por cento, com poucas excepções.
Desenvolvimento de um armazém regional de reserva alimentar	Uma pesquisa foi levada a cabo em 206 sobre as modalidades e estratégias para o desenvolvimento de uma armazém regional de reserva alimentar, mas pouco mudou para tornar o projecto uma realidade.
Melhorados acessos aos mercados	Com a volatilidade dos preços de produtos agrícolas nos mercados mundiais, não tem havido muita mudança em aceder à esses mercados. Localmente, o acesso aos mercados é minado por pobres estradas de escoamento em alguns Estados membro, daí a necessidade de se acelerar o desenvolvimento de infraestruturas.
Gestão de água e irrigação	Projectos de irrigação estão sendo implementados em Estados membro da SADC, embora o potencial não tenha ainda sido explorado com os projectos a serem desenvolvidos à um passo de camaleão.
Provisão de insumos agrícolas	Iniciativas ao nível nacional estão sendo levados a cabo para assegurar a viabilidade da semente e fertilizantes. A cooperação tem estado a ocorrer entre os Estados membro para assegurar que o acesso é alargado nos países confrontando-se com escassez.

Fonte: FEWSNET, SADC Hoje

O Desenvolvimento começa das zonas rurais -- Guebuza

O PONTO de partida para o desenvolvimento em Moçambique deve começar das zonas rurais, o Presidente Armando Guebuza disse no seu discurso de abertura da reunião anual do Banco Africano de Desenvolvimento.

"Vamos ultrapassar os desafios da emancipação económica através da transformação das zonas rurais em polos de planeamento e desenvolvimento", disse Guebuza, acrescentando que era necessário infraestrutura de transportes e comunicações para diminuir as distâncias e "ligar os centros de

produção dos centros de consumo."

Ele advertiu que os problemas da pobreza rural não podem ser resolvidos "através de uma simples liberalização de preços."

"Pelo contrário, a realidade mostra-nos que medidas para liberalizar e tornar flexível a economia nas zonas rurais podem gerar efeitos opostos, na ausência de medidas estruturais que procuram lidar com as causas do isolamento das zonas rurais com o



Presidente Armando Guebuza

resto da economia nacional."

Mas o funcionamento livre dos mercados "pressupõe a existência de infraestruturas que facilitem as ligações."

Ele disse que o desenvolvimento deve ter uma forte participação dos beneficiários, incluindo o sector privado.

Falando da alta de preços de petróleo e cereais, Guebuza advertiu que esses "têm um impacto sobre o sector produtivo,

sobre a balança de pagamentos e sobre o orçamento do estado."

"Este não é apenas um problema de segurança alimentar. Estamos enfrentando um problema social e económico de grande escala."

"Temos que agir o mais rápido possível do que a velocidade a qual os preços estão a subir," disse.

O Ministro de Plano e Desenvolvimento, Aíua Cuereneia, que é o presidente cessante do Conselho de Governadores do BAD, disse que o preço de uma tonelada de arroz tinha subido de US\$373 no começo do ano para 760 dólares.

O trigo alcançou o preço de 412 dólares uma tonelada, e mesmo o milho, a dieta nuclear para grande parte de África, subiu em 29 por cento, de 171 para 220 dólares por tonelada. (AIM Telinforma) □

"A hora chegou para a agricultura em África tornar-se um negócio viável"

O PRESIDENTE do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Donald Kaberuka, fez eco da abordagem de Guebuza, dizendo que o estado deve desempenhar um papel improtante se se quer que a revolução verde seja bem sucedida em África, e que o investimento privado não é em si só suficiente.

Tem de haver ambos "o agrupamento de mais investimento privado e um maior papel do Estado."

"Os investidores privados podem provavelmente fazer a sua própria irrigação," disse, "mas precisam de infraestrutura, insumos e mercados de produtos que funcionam, instituições de pesquisa que trazem resultados e políticas que são estáveis. Apenas o Estado é que está bem equipado para prover isso."

"Nos anos do ajustamento estrutural, parece que muita capacidade neste sector (agricultura) foi eliminado até ao mínimo."

Kaberuka disse que embora a crise alimentar é uma barreira adicional que testará em grande medida a habilidade de África de gerir os riscos e ultrapassar novas ameaças, deve ser vista como um desafio que pode ser ultrapassado.

"Talvez, para as zonas rurais, se dados um apoio de qualidade, isso pode tornar-se numa oportunidade

que vinham esperando, onde a agricultura, pequena e grande, finalmente torna-se em negócio viável do que apenas uma fonte de ganhar a vida."

"A hora chegou para que a agricultura em África torne-se num negócio viável."

Kaberuka disse que à curto, médio e longo prazos respostas para segurança alimentar envolvem uma coordenação global entre as agências do banco em concerto com governos para:

- o Assegurar que os mercados funcionem efectivamente;
- o Dar maior capacidade aos ministros da agricultura;
- o Estabelecer políticas que são pró-mulher;
- o Estabelecer o mecanismo africano de sementes para o qual já há financiamento, bem como até um certo ponto um subsídio para fertilizantes; e
- o Construir infraestruturas tais como estradas e esquemas de irrigação. □

Japão vai duplicar a ajuda à África nos próximos cinco anos, com enfoque sobre infraestruturas

O JAPÃO prometeu duplicar a assistência oficial à África nos próximos cinco anos em cerca de US\$1.9 biliões por ano até 2012. O Primeiro Ministro, Yasuo Fukuda, disse a Quarta Conferência Internacional de Tóquio sobre Desenvolvimento Africano (TICAD) em Maio.

Fukuda disse que o Japão disponibilizará até US\$4 biliões de dívida concessionária para África nos próximos cinco anos de uma forma "pro-activa e flexível".

Ele enfatizou a importância do desenvolvimento de infraestruturas, dizendo que a experiência do Japão e outros países asiáticos mostra que melhorias sobre infraestruturas de transporte desempenham um papel crítico em atrair investimneto privado.

"O Japão deseja engajar nos esforços para diligentemente ligar as redes de estradas desconexadas, e deseja cominar estes esforços com melhorias nos portos de modo a formar uma rede, uma rede que permitirá a África como um todo andar para frente com maior dinamismo," disse.

Isso deve ser "a infraestrutura do povo" trazendo prosperidade para as comunidades e as pessoas vivendo nelas, Fukuda disse, acrescentando que as empresas japonesas terão um maior interesse em África quando as infraestruturas melhorarem, o que facilitará a transferência de tecnologias e experiências de gestão.

Na cimeira do TICAD, o presidente da União Africana, o

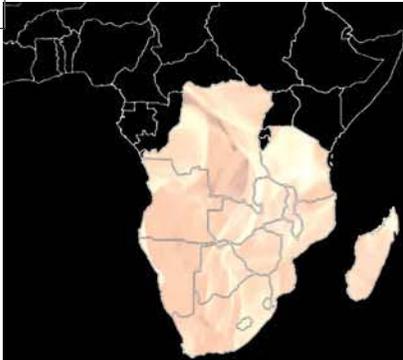
Finanças do BAD "muito fortes", Kaberuka

APESAR DAS crises financeiras internacionais, as finanças do banco Africano de Desenvolvimento "continuam muito fortes, e a nossa capacidade de sustentar o risco permanece robusta," Kaberuka disse, acrescentando que o BAD vai em breve abrir escritórios em Angola e Argélia, elevando o conjunto para 25 num complexo processo de descentralização. □

Presidente Jakaya Kikwete da República Unida da Tanzania, sublinhou o imperativo de encorajar as grandes empresas nos países ricos, tais como o Japão, para acelerar o desenvolvimento em África através de investimento.

Kikwete citou estatísticas mostrando que as empresas japonesas não têm sido investidores significativos em África; ele disse que dos US\$108.5 biliões investidos no mundo entre 2002 e 2006, apenas 0.4 por cento foi para África.

Do total do investimento japonês em África, 85 por cento foi para dois países (África do Sul e Egito) e os restantes 15 por cento foram distribuídos entre os outros 52 países africanos. □



ENERGIA DA ÁFRICA AUSTRAL



Negócio de energia ganha velocidade

por Richard Nyamanhindi

O **NEGÓCIO DE ENERGIA** permite que países comprem e vendam a electricidade em excesso através de uma rede cada vez maior de linhas de electricidade e sub-estações de transmissão, fortalecendo assim o acesso ao fornecimento de energia para fins comerciais e residenciais através do comércio trans-fronteiriço.

O comércio tem sido movimentado entre muitos dos estados membro da SADC continental e o negócio de energia subiu em 20 por cento em Março, segundo o Grupo de Energia da África Austral (SAPP).

O aumento do comércio foi facilitado pela introdução na linha de interconectores regionais chave que tinham caído no mês anterior, numa situação que deixou a rede do SAPP operando como três ilhas separadas.

Projectos tais como o acordo de cinco anos concluído recentemente entre a Eskom da África do Sul e o governo de Moçambique para o fornecimento de 250MW de energia adicional da estação hidroelétrica de Cahora Bassa aumentou ainda mais o comércio de energia entre os dois países.

O acordo foi assinado em Moçambique no começo de Abril, permitindo a Cahora Bassa disponibilizar 250MW do seu quinto gerador à Eskom, levando o total que a Eskom pode importar de Cahora Bassa para 1500MW.

A energia será fornecida através de uma rede estendendo-se do Zimbabwe e Botswana para a rede sul-africana via uma linha de Corrente Directa de Alta Voltagem. A EDM, a empresa de energia de Moçambique, vai também receber uma capacidade de 50MW adicionais do quinto gerador de Cahora Bassa.

Este ano ver-se-á a conclusão de dois projectos de interconectores entre a Zâmbia e Tanzânia, e outro entre a Zâmbia e a RDC, uma situação que vai possibilitar o acréscimo de mais 660MW na região.

Acrescido a isso, houve melhorias na cooperação regional através de acordos de governo para governos tais como o acordo ZESA-NamPower para a melhoria da estação eléctrica de Hwange no ano passado.

Não há dúvidas de que estes projectos reduziram os fluxos acidentais e oscilações de energia que afectaram a região no começo do ano.

Com muitos Estados membro da SADC envolvidos, com a excepção dos estados ilhéus das Maurícias e Madagáscar, no grupo regional de energia, o financiamento de projectos de capital intensivo de produção energia vai precisar de se facilitar como foi acordado na reunião do Grupo de Trabalho Ministerial da SADC sobre a Implementação de Projectos do

Sector de Energia realizada em Gaborone, em Fevereiro.

As estações de produção de energia, sejam elas hidroelétricas, de carvão ou nucleares, são empreendimentos altamente caros. Os Estados membro descobriram que há outros tipos de energia, e juntaram-se para agrupar recursos.

A África do Sul, Moçambique e Suazilândia, por exemplo, tornaram-se membros tri-partidos da Iniciativa Espacial do Desenvolvimento do Libombo (LSDI), baptizado com o nome da cordilheira de montanhas partilhado pelos países.

As três nações beneficiaram das necessidades energéticas da fábrica de alumínio da Mozal, localizado nos arredores de Maputo, capital de Moçambique.

As empresas de energia dos três países formaram uma nova companhia, a MOTRACO, para construir e operar uma linha de energia, dando emprego permanente à 800 pessoas e criando 9.000 empregos durante a fase de construção.

A gasolina é o segundo recurso chave que está sendo processado e usado para satisfazer as necessidades da África Austral, e fornecer combustível à indústria em expansão.

A companhia petrolífera moçambicana, Petromoc, levou a cabo um negócio de "joint venture" bem sucedido com a empresa de

energia sul-africana, Sasol, em 2002, aumentando assim o negócio de energia entre os dois países.

"Do ponto de vista de Moçambique, as 'joint ventures' oferecem o capital que precisamos para explorar o nosso crescente mercado de consumidores privados e industriais de combustível. Os parceiros ganham acesso ao nível comum deste mercado em crescimento," disse recentemente o Ministro moçambicano de Energia, Salvador Namburete.

O carvão é o terceiro recurso na infraestrutura de energia regional, o antes vibrante sector mineiro da Suazilândia foi reduzido a uma única mina de carvão. Todavia, a produção permanece razoavelmente boa devido à um aumento de comércio com a África do Sul.

Os sectores de energia da região enfrentam desafios de outros segmentos das diferentes economias das nações: como empoderar um número maior de pessoas previamente não contempladas nos negócios para que ganhem benefícios deste sector lucrativo.

Porém, se o negócio de energia vai continuar a beneficiar a região, há necessidade para um seguimento aos compromissos internacionais feitos para o financiamento de projectos de infraestrutura regional, incluindo a Nova Parceria para o Desenvolvimento De África (NEPAD). □



Região da SADC torna-se mais interconectada

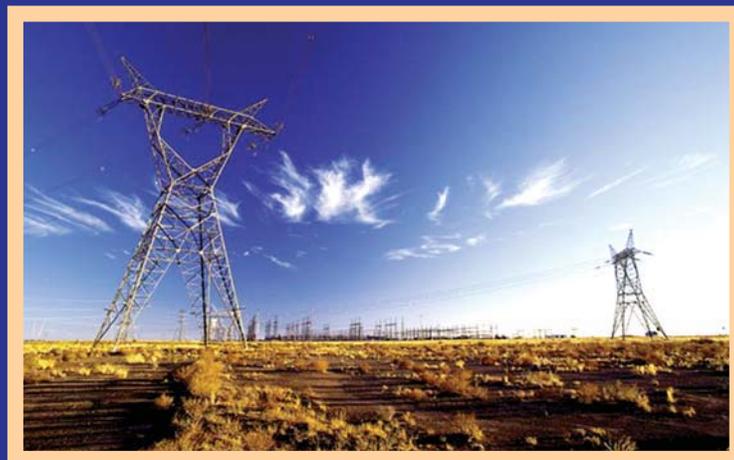
Quatro países na região da SADC vão embarcar num projecto para a construção de uma linha interligada de transmissão de energia de 330KV que visa melhorar a distribuição de electricidade entre as empresas de energia.

A Autoridade de Fornecimento de Energia do Zimbabwe (ZESA), a Corporação de Energia do Botswana (BCP), a NamPower da Namíbia e a Empresa de Fornecimento de Electricidade da Zâmbia (ZESL)

vão assinar um memorando de entendimento para o projecto.

A iniciativa vai envolver a construção de uma linha de energia de corrente alternada de alta voltagem de Hwange através de Victoria Falls à subestação do Zambezi, na Namíbia.

O projecto visa interconectar as redes de electricidade da África do Sul, Moçambique, Namíbia, RDC, Zâmbia e Zimbabwe para criar uma rota alternativa de importação e exportação de energia. □



Ministros da SADC deliberam sobre escassez de energia regional

por Richard Nyamanhindi

OS MINISTROS de energia regional acordaram reavivar a rede de planeamento de energia regional para complementar o roteiro de recuperação de energia estabelecido semanas atrás para abordar a escassez de energia confrontando a região.

O plano irá conter programas e actividades prioritizadas cobrindo todo o sector de energia e será revisto em cada cinco anos.

Procura integrar a conservação de energia, ligações de energia regional, Conservação de Energia de Biomassa e Capacidade de Utilização de Energia Excedentária, entre outras medidas para mitigar as escassezes de energia.

Os ministros da SADC responsáveis pela energia, que reuniram-se em Kinshasa, RDC, nos finais de Abril, também notaram a importância de reavivar o Planeamento de Energia e Programa de Formação em Gestão Ambiental, que acabou em Fevereiro de 2008.

A reunião foi presidida pelo Ministro de Energia e Desenvolvimento Hídrico da Zâmbia, Kenneth Konga, e foi precedida por uma reunião preparatória de funcionários seniores regionais de energia nos dias 28 e 29 de Abril.

Os ministros de energia notaram as dificuldades que a região

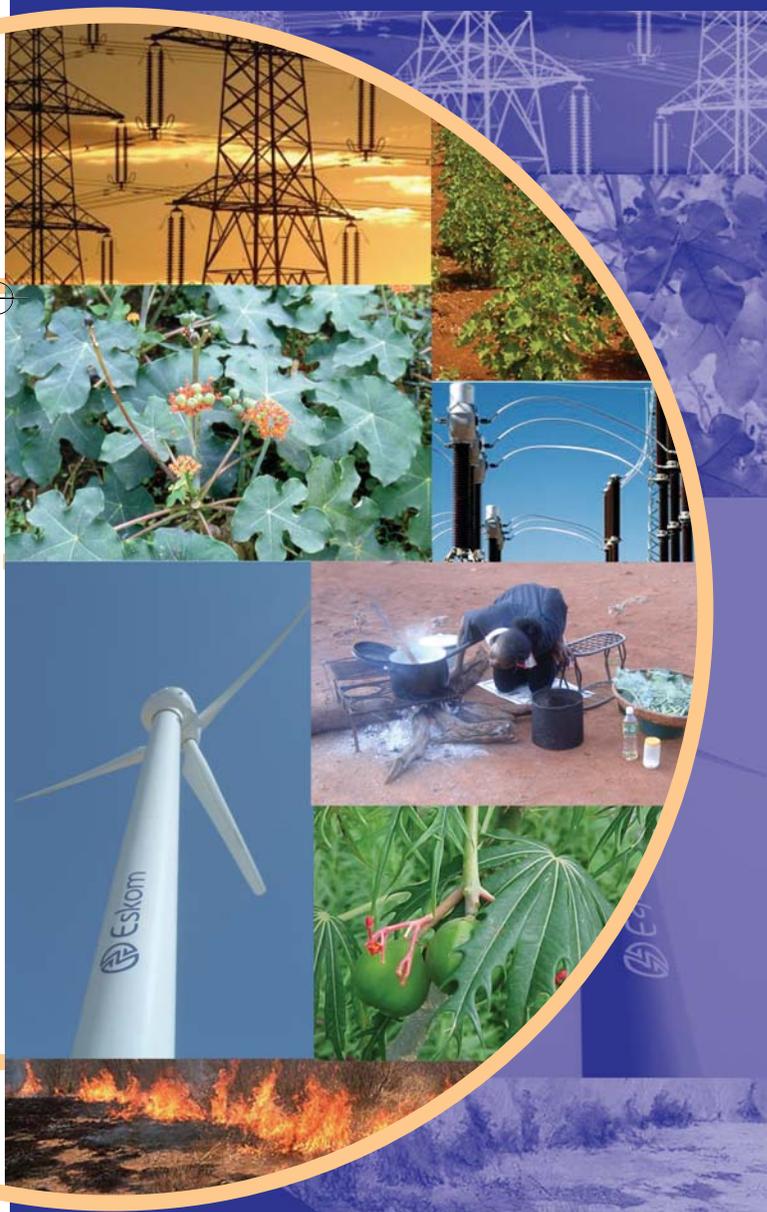
experimenta rumo à satisfação do seu mandato de providenciar energia fiável e barata para os seus povos, que foram particularmente guiadas pela diminuição da capacidade instalada no sector de energia.

À luz deste problemas, os ministros reveram o Programa Regional de Energia da SADC, particularmente tomando em consideração a reunião de auscultação de energia marcada para este ano, que visa actualizar o Plano de Actividades de Energia da SADC que será implementado em Dezembro de 2008.

“O plano conterá os programas e actividades prioritizados cobrindo todo o sector de energia que inclui a conservação e aumento de capacidade, e seria revisto em cada cinco anos,” segundo um comunicado de imprensa dos ministros após a reunião.

Ademais, os ministros deliberaram sobre as actividades energéticas elaboradas para a revitalização da Rede de Planeamento de Energia Regional, onde o Grupo de Energia da África Austral (SAPP) e empresas nacionais individuais de energia desenvolverão um plano sobre o uso e conservação de energia.

Todavia, segundo a significância de fontes alternativas de energia tais como a biomassa na rede de



RENOVAÇÃO DE CAHORA BASSA SIGNIFICA MAIS ENERGIA PARA A REGIÃO

A hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), a empresa que opera a barragem de Cahora Bassa, está actualmente a renovar a estação de energia, o que a permitirá aumentar a produção de electricidade que vende aos países regionais.

Grande parte dos 2.075 megawatts da capacidade de geração de energia de Cahora Bassa é vendida a África do Sul.

A renovação vai custar a HCB US\$60 milhões, e ao abrigo de um novo contrato de cinco anos a Cahora Bassa vai exportar mais

250MW à África do Sul, levando o total para 1.500MW.

A HCB vai também fornecer mais 50MW à Electricidade de Moçambique (EDM) da gigante quinta turbina na barragem. A EDM recebe 400MW de Cahora Bassa.

Há cinco turbinas gigantes em Cahora Bassa, cada uma capaz de gerar 415MW.

Como outros países na região, a África do Sul tem-se confrontado com escassezes de energia, que causaram graves apagões em Janeiro, forçando as minas a suspenderem as operações por vários dias devido à preocupações de segurança.

A medida poderá aliviar as escassezes de energia da África do Sul e permití-la livrar mais energia para os seus vizinhos que tinham sido desligados durante o ano.

A energia da HCB é fornecida à região através de uma rede estendendo-se através do Zimbabwe e Botswana à rede de energia da África do Sul.

A energia de Cahora Bassa é vendida para o Botswana (40MW), Zimbabwe (200MW), o que deixa 80MW para outros clientes tais como Malawi e Zâmbia. A Tanzânia, que actualmente importa electricidade da Zâmbia, também expressou interesse em comprar energia da Cahora Bassa.

A empresa de energia sul-africana, Eskom, está a negociar com a Autoridade de Fornecimento de Energia do Zimbabwe (ZESA) para a renovação de três estações eléctricas com uma capacidade combinada de geração de 500MW.

Moçambique está também a procurar financiamento para a construção de uma nova barragem no rio Zambezi, 60 quilómetros à jusante de Cahora Bassa, que a Eskom já acordou em financiar. □



fornecimento de energia, os ministros instruíram ao Secretariado da SADC a trabalhar rumo à consolidação de esforços para identificar o financiamento da proposta Fase IV, que visa assegurar os serviços de fornecimento de energia e gestão ambiental ao nível rural.

Ao notar os aumentos dos preços de combustível, os Ministros de Energia da SADC instruíram que se faça imediatamente um programa de bio combustíveis elaborado.

O relatório do Grupo de Trabalho Ministerial foi preocupante para os ministros, que se reuniram em Botswana, em Fevereiro, e após deliberarem sobre o estatuto da Capacidade de Fornecimento Excedentária na região indicaram o seguinte:

- ♦ A capacidade disponível em Abril de 2008 era de 47.067MW vis-à-vis a capacidade disponível de 43,518MW em Dezembro de 2007;

- ♦ A diferença entre a capacidade instalada e disponível é actualmente de cerca de 8.000MW;

- ♦ Um total de 1,7000MW foi comissionada em 2007 em Angola, África do Sul e Suazilândia contra a meta de 1.925MW;

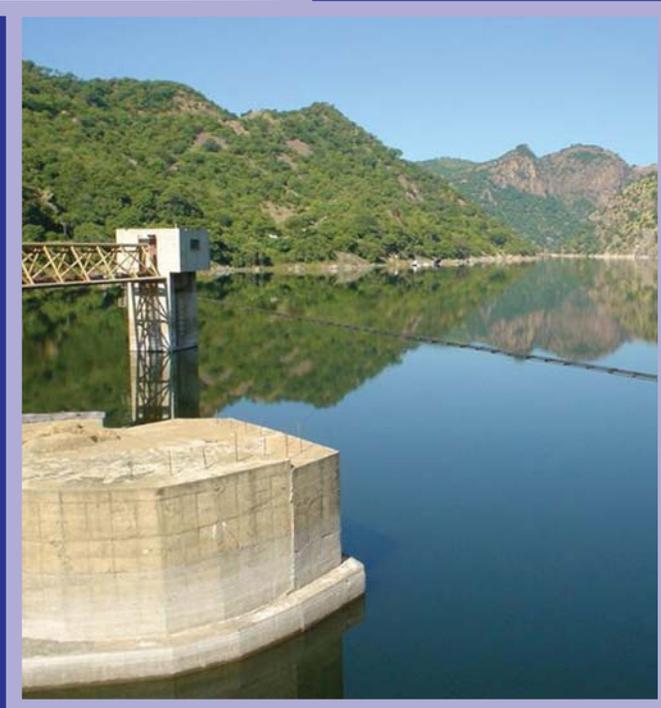
- ♦ Em 2008, a SAPP planeou comissionar 1.757MW contra a meta planeada de 2.014MW;

- ♦ Os projectos a longo prazo serão implementados entre 2008 e 2025 e irão providenciar energia adicional totalizando 44.000MW.

Os ministros consideraram e aprovaram as estruturas propostas para acelerar a implementação de projectos energéticos, que incluem equipas de projectos, consistindo das empresas de energia e actores independentes na indústria de fornecimento de energia.

Eles também notaram a necessidade de fortalecer as estruturas existentes tais como o Grupo de Trabalho Ministerial de Energia, o Secretariado da SADC, as instituições subsidiárias da SADC tais como a SAPP e RERA.

A próxima reunião do Grupo Trabalho Ministerial de Energia será realizado na África do Sul, em Dezembro de 2008. □



Fontes renováveis

Onde o vento soprar, segue-se a energia

A **PRIMEIRA** farma de vento da África do Sul começou a gerar energia na vila de Darling, perto da Cidade de Cabo.

A farma de vento foi oficialmente aberta pelo Ministro de Minérios e Energia, Butelwa Sonjuca, que ligou um interruptor simbólico para iniciar o funcionamento das quatro turbinas.

Ele reconheceu que houve muitas barreiras "mas precisamos de assegurar que o projecto não atrase mais.

Foi um longo caminho para se atingir este marco."

O ministro disse que a firma de vento mostrou que projectos de energia renovável são "fazíveis", acrescentando que o lançamento pontual "visto estarmos a enfrentar desafios ao nosso fornecimento."

Ela disse que a energia eólica podia satisfazer nove por cento das necessidades energéticas do país e muito mais nas províncias costeiras. O governo sul-africano alocou um bilião de

randes para projectos de energia renovável.

A electricidade gerada pela farma será vendida para a Cidade de Cabo a um preço barato como parte de um acordo de longo prazo para a provisão de energia.

O director executivo da Darling Wind Power é um engenheiro austríaco, Hermann Oeisner, que já vive na África do Sul há mais de 20 anos e cuja determinação finalmente viu o estabelecimento da farma de vento.

A energia eólica é responsável por quase um por cento da geração mundial de electricidade. A Dinamarca lidera com o vento providenciando 27 por cento das suas necessidades energéticas, seguido de Espanha e Portugal com nove por cento. □

Lento progresso na eliminação gradual de combustível com chumbo na SADC.

A **MAIORIA** dos países da África Austral continua a usar combustível com chumbo após expirar o prazo acordado para o uso de combustíveis mais amigáveis ambientalmente até ao início de 2006.

África do Sul, Botswana, Maurícias, Namíbia e Zâmbia já deixaram de usar combustível com chumbo em linha com o compromisso feito pelos países africanos em 2002 para o uso de combustível sem chumbo, que é menos danoso ao ambiente e saúde humana.

As Maurícias foram o primeiro Estado membro da SADC a eliminar o combustível com chumbo em Agosto de 2002.

Em linha com o compromisso feito em 2002, o governo zambiano aconselhou recentemente a todos os parceiros no sector de combustíveis que de Abril de 2008 planeava providenciar uma gama completa de combustíveis sem chumbo para satisfazer a todos os veículos automóveis.



Combustível sem chumbo é menos danoso ao ambiente e saúde humana

Dois tipos de combustível livre de chumbo serão disponibilizados no mercado zambiano, que são gasolina sem chumbo e gasolina de substituição de chumbo (LRP).

Com este novo desenvolvimento, apenas 91 sem chumbo e LRP 91 serão vendidos na Zâmbia. Ambos os combustíveis são categorizados de 91 na gama de combustíveis octanos.

A medida de remover o chumbo do combustível na SADC ganhou velocidade após a Cimeira Mundial

sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002 (WSSD) na África do Sul, que resultou no lançamento de uma Parceria para Combustíveis e Veículos Limpos.

A parceria procura melhorar a qualidade de ar nos países em desenvolvimento através do encorajamento da colocação de combustíveis limpos, tais como sem chumbo e gasolina com pouco sulfúrio e diesel, e tecnologias melhoradas tais como convertidores catalíticos que podem reduzir significativamente os fumos.

O progresso rumo à uma eliminação completa de combustível com chumbo na região da SADC tem sido vagaroso, com muitos países a dizer que não estão preparados para mudar para os chamados combustíveis "mais limpos".

Por exemplo, Moçambique e Zimbabwe dizem que eliminarão o combustível com chumbo apenas quando lidarem primeiro com problemas logísticos. □

Bio combustíveis vão ajudar economia moçambicana

O **GOVERNO** moçambicano decidiu alocar terra não usada para agricultura para o cultivo de jatropha - uma planta usada para a produção de bio-diesel.

A jatropha tem a vantagem acrescida de ser resistente à seca, e precisa de pouca água para florescer e assim pode ser cultivado em terras previamente não usadas.

A planta tem estado a crescer em Moçambique, com os actuais investidores a colherem após sete meses de plantio. Convencidos do sucesso do investimento, 2.500 ha foram plantados.

Acrescido ao benefícios económicos directos, os projectos criaram centenas de novos empregos.

Embora os níveis de produção continuam pequenos, muitos investidores esperam entrar no negócio de exportações o mais rápido possível, e os actores no mercado mundial para bio-etanol e bio-diesel. □

Livre comércio no horizonte

por Munetsi Madakufamba

O **LANÇAMENTO** da Zona de Comércio Livre da SADC em Agosto, deste ano, vai anunciar uma nova era de integração económica com um mercado alargado de mais de 200 milhões de pessoas.

A Zona de Comércio Livre será oficialmente lançada em Agosto durante a Cimeira da SADC a ser acolhida pela África do Sul, que ficará com a cadeira rotativa da SADC.

Quando os líderes da SADC assinaram o Protocolo Comercial em 1996, eles mostraram sua intenção de reduzir as barreiras tarifárias e não-tarifárias para o comércio na região. O processo começou em Setembro de 2000 quando dois-terços dos Estados membro ratificaram o protocolo.

Por conseguinte, durante os últimos oito anos, os Estados membro têm vindo a implementar o Protocolo Comercial com a meta de 2008 para assegurar que 85 por cento de todas as linhas de produtos sejam comercializadas à tarifa zero. O processo envolve, entre outros, acordar sobre as regras de origem e remoção de barreiras tarifárias e não-tarifárias.

As regras de origem já foram colocadas e o Certificado de Origem da SADC está crescentemente a ser conhecido nos Estados membro.

No início de 2008, reportou-se que alguns Estados membro continuavam atrás no concernente a remoção de barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio, embora o Secretariado da SADC continue confiante de que até Agosto todas as partes ao Protocolo Comercial terão agido de acordo.

Todavia, nem todos os 14 Estados membro da SADC são parte da Zona Livre do Comércio visto a Angola e República Democrática do Congo não estarem actualmente a aplicar o Protocolo Comercial, e terem solicitado mais tempo.

Para os Estados membro da SADC, a Zona de Comércio Livre traz oportunidades e desafios.

Muitas economias da SADC são muito pequenas para suportar uma vasta gama de investimentos produtivos viáveis, pelo, a Zona de Comércio Livre vai prover uma oportunidade para alargar o

mercado doméstico que possa promover o crescimento económico através de economias de escala e melhorada eficiência.

Aos 25 por cento, o comércio intra-SADC é ainda muito baixo e está largamente concentrado na União Aduaneira da África Austral (SACU) - África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia, e Suazilândia.

Estatísticas oficiais mostram que os países da SADC estão atraindo apenas um por cento do investimento directo estrangeiro global, um desempenho que é maior que muitas sub-regiões em África, mas mesmo assim baixa.

Contra este pano de fundo, a medida da SADC rumo à uma Zona de Comércio Livre torna-se uma opção atraente visto que aumentará a vantagem comparativa da região e desempenho comercial, bem como melhorar as chances de atrair investimento estrangeiro directo.

As oportunidades não estão limitadas à Zona de Comércio Livre. O plano estratégico da SADC prevê uma integração

económica e cooperação mais profundas através da criação de uma União Aduaneira em 2010, um Mercado Comum até 2015, uma União Monetária até 2016 e uma Moeda única até 2018.

Todavia, o progresso rumo à uma integração económica mais profunda é perigado por receios entre muitos países. Estes incluem a necessidade de protecção de indústrias nascentes e receios de que bens de grandes países exportadores como a África do Sul irão inundar os mercados das pequenas economias, levando ao colapso das suas indústrias.

Para além destes receios, alguns Estados membro estão a enfrentar constrangimentos e desafios na sua procura de liberalizar o comércio, especialmente em circunstâncias onde dependem muito de rendimentos aduaneiros. Em tais casos, um mecanismo directo de compensação pode ser necessário para proteger os orçamentos nacionais e prevenir que os Estados membro caiam numa armadilha de dívida.

Outros constrangimentos perigando o comércio intra-regional incluem os altos custos de transação devido, por exemplo, ao transporte inadequado, informação, comunicações e infraestrutura energética, bem como procedimentos restritivos alfandegários e de migração.

Por conseguinte, não é surpresa que a SADC concedeu uma alta prioridade à implementação de projectos de infraestrutura para apoiar uma profunda integração económica, como foi o caso na Cimeira da SADC de 2007, em Lusaka, onde os líderes discutiram tais questões.

Uma vez funcional, não há dúvidas de que a Zona de Comércio Livre levará à inovação contínua, melhores produtos, mais poupanças e investimento, empregos com melhores salários, bem como permitir que mais produtos cheguem aos consumidores da SADC a preços baixos. □



US\$20 biliões necessaries para infraestrutura de transporte

A SADC está a procura de US\$20 biliões para os sistemas de transporte terrestre e projectos de desenvolvimento de portos, à medida que concebe um roteiro para um acelerado comércio intra-regional e uma união aduaneira até 2010.

O bloco regional surgiu com áreas prioritárias de investimento em designados corredores comerciais e está a elaborar o caminho em frente com a assistência de parceiros de cooperação internacional no programa de corredores de desenvolvimento da SADC.

Numa reunião de alto nível ministerial sobre revisão dos corredores da SADC

recentemente realizada na Namíbia, os delegados exploraram as estruturas institucionais necessários para a efectiva implementação da infraestrutura de desenvolvimento de corredores aos níveis nacional, trans-fronteiriço e regional.

O director executivo interino da SADC, Remy Makumbe, disse que o desenvolvimento e expansão de estradas, linha férreas e portos vai requerer US\$20 biliões, cujo financiamento se espera virá dos Estados membro e parceiros de cooperação.

Makumbe disse que o comércio intra-SADC precisará

de uma infraestrutura de transporte vibrante, acrescentando que países ao longo das costas e os seis Estados membro do interior da SADC poderiam unir esforços e criar uma infraestrutura de transporte ininterrupta entres os portos de o hinterland da SADC.

"Estamos também a olhar para o estado de implementação dos corredores que temos na SADC e até que ponto os programas para desenvolver esses corredores foram implementados," disse Mukumbe, acrescentando que ao médio prazo a região planeou gastar US\$20 biliões apenas em transporte rodoviário. □

China vai construir linha férrea na África Austral

HÁ PLANOS do governo da China para a construção de uma linha férrea através da África Austral de Angola, na costa ocidental, para Tanzânia, na costa oriental da sub-região.

A linha férrea, que vai ligar Luanda à Dar es Salaam, reduzirá a dependência sobre

Durban e Mombasa como portos de entrada para comerciantes do Oriente.

Em 2001, a China prometeu financiar a reabilitação da linha férrea Tanzania-Zâmbia (Tazara) de 1.860 quilómetros, construído pelo governo chinês nos anos 70 numa garantia de ajuda.

A linha férrea liga a cidade portuária de Dar es Salaam, no Oceano Índico, na Tanzânia, e a sua terminal de Kapiri Mposhi, na Zâmbia, que será estendida, passando através da parte sul da República Democrática do

Congo e terminando em Angola.

A Zâmbia vai beneficiar muito da linha férrea visto a sua principal exportação estar a ser transportada da região de Copperbelt para Dar es Salaam e Durban na África do Sul.

Com os planos em curso de reabilitar o porto de Dar es Salaam, a linha férrea vai também ajudar a colocar a cidade portuária tanzaniana como o principal porto na costa Oriental africana.

Espera-se que a linha férrea reduza o tempo de transporte

de carga de Angola e a região dos Grandes Lagos para os mercados internacionais.

Actualmente, a carga de Angola tem de passar de Cabo antes de ser despachada para os mercados do Oriente.

A China International Fund Ltd está a levar a cabo um projecto de US\$300 milhões para a reabilitação da linha férrea de Benguela, em Angola, que foi destruído a guerra civil, um desenvolvimento que se espera o aumento de comércio entre os Estados membro na região. □

Alta de preços de combustível podem afectar negócios na região

NEGÓCIOS NA SADC estão a preparar-se para uma difícil segunda metade do ano visto tornar-se claro que a rápida alta dos preços de combustível poderá minar as possibilidades de um alto crescimento económico.

Os economistas alertaram os negociantes a serem mais inovadores e adoptar métodos de produção de eficiência energética na esteira da alta dos preços internacionais de combustível que atingiram US\$139 o barril nos princípios de Junho.

Os problemas confrontando os mercados de combustível estão a criar um alto nível de incertezas e a aumentar os preços pelo mundo fora.

As economias da África Austral estão já ressentindo-se das pressões inflacionárias, em parte por causa dos crescentes custos de transporte e outros operacionais.

Consequentemente, a alta dos preços de combustível poderá este ano reduzir a economia regional, que o Banco Africano de Desenvolvimento previu em Maio que crescerá a um passo de 6,5 por cento por ano. □

COSAFA assegura patrocínio de 16 milhões de randes

O CONSELHO da Associação de Futebol da África Austral (COSAFA) assegurou 16 milhões de randes para o campeonato da COSAFA deste ano.

O Presidente da COSAFA, Seketu Patel, confirmou o desenvolvimento de Seicheles, acrescentando que tudo estava a postos para se organizar uma campanha bem sucedida do prestigioso campeonato regional.

Ele disse que um consórcio de companhias regionais tinha ajuntado os seus recursos para assegurar que o campeonato fosse realizado este ano.

“Estou feliz em anunciar que o campeonato da COSAFA vai finalmente ser realizado este ano. Sei que houve muitas dúvidas entre as nossas associações e países membro sobre se o campeonato vai ter lugar ou não.”

O Presidente da COSAFA disse que tinha sido difícil angariar os fundos, considerando que o organismo máximo de futebol regional tinha outros compromissos para realizar campeonatos de masculinos de sub-17 e 20, e de femininos.

“Precisamos apenas de assegurar um patrocínio de longo prazo através da atracção de um grande patrocinador do

que depender em apoio de empresas diferentes,” disse Patel.

A África do Sul é o actual campeão após ter derrotado a Zâmbia por 4-3 na marcação de grandes penalidades, em 2006.

Angola, Zâmbia e Zimbabwe ganharam todos o

campeonato regional três vezes cada, enquanto que a África do Sul ganhou apenas uma.

O torneio da COSAFA é muito importante visto a região estar a preparar-se para o Campeonato Mundial de Futebol de 2010. □

A Namíbia lança programa quinquenal de desenvolvimento

A NAMÍBIA lançou um Programa Quinquenal Indicativo Nacional e Documento de Estratégia do país que visa melhorar o desenvolvimento humano e alívio da pobreza.

A Comissão do Plano Nacional (NPC) da Namíbia e a Delegação da Comissão Europeia (CE) para Namíbia formalmente lançaram o programa, que vai de 2008 até 2013.

A CE vai providenciar assistência externa de 104,9 milhões de euros para o período. Uma parte substancial dos fundos será alocada para o desenvolvimento rural e desenvolvimento de recursos humanos.

No referente ao desenvolvimento rural, o apoio

será extensivo às actividades económicas rurais, visando beneficiar de um melhorado acesso aos mercados e alívio de pobreza.

No que concerne ao desenvolvimento de recursos humanos, o apoio aumentará o fornecimento de trabalhadores com habilidades para satisfazer a demanda do mercado laboral e apoio aos objectivos de desenvolvimento nacional.

Apesar de um crescimento positivo das taxas do Produto Interno Bruto (PIB) na Namíbia, o país ainda requer recursos externos para abordar a redução da pobreza, desenvolvimento de recursos humanos, a pandemia do HIV e SIDA e outros desafios candentes de desenvolvimento. □



A SADC envia mais de 400 observadores para a segunda volta das presidenciais zimbabweanas

A SADC duplicou a sua missão de observação eleitoral para a segunda volta das eleições presidenciais do Zimbabwe, a serem realizadas no dia 27 de Junho.

A segunda volta tornou-se necessária após o pleito de 29 de Março não ter produzido um vencedor. Isso está de acordo com a lei eleitoral do país que requer que o candidato vencedor tenha uma maioria de 50 por cento mais um de votos válidos.

Tendo enviado a maior missão com 163 membros para observar as eleições harmonizadas de 29 de Março, a SADC enviou uma missão ainda maior para cobrir a segunda volta.

"Tínhamos pensado em 300 observadores mas teremos mais de 400 no dia das eleições," disse o reformado Tenente-General Thanki Mothae, o director da direcção do Órgão sobre Cooperação de Política, Defesa e Segurança do Secretariado da SADC.

Mothae falava quando a equipe de avanço da Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) chegou ao país nos princípios de Junho. Ele apelou aos observadores para serem objectivos e observar as leis do Zimbabwe enquanto estiverem a desempenharem as suas tarefas.

"O principal objectivos da missão da SADC é ajudar o povo do Zimbabwe através deste processo eleitoral para que seja realizado pacífica e suavemente."

"Não estamos aqui para sermos parciais. Não estamos aqui para criar confusão mas para ajudar o povo do Zimbabwe, pelo que os observadores devem observar as leis do Zimbabwe quando estiverem a executar os seus deveres e evitar fazer afirmações individuais," disse.

Mothae também sublinhou o facto de a SEOM estar a

trabalhar sob os auspícios da SADC, em linha com os Princípios e Guiões da SADC Governando Eleições Democráticas.

A Angola lidera a missão de observação eleitoral como o actual presidente da Troika para o Órgão sobre Cooperação de Política, Defesa e Segurança.

Um Equipe de Avanço de Observadores Eleitorais consistindo de técnicos de apoio dos Estados membro da SADC foi distribuída pelo país no início de Junho para preparar o terreno para o SEOM.

A equipe de avanço foi dirigida por Natangwe Elia Angula, que é o Analista Estratégico Senior da SADC para a Direcção sobre Cooperação de Política, Defesa e Segurança.

A equipe técnica estudou os aspectos logísticos que são necessários na eleição, tais como o número de assembleias de votos, comunicação e transporte.

"Foi após a avaliação preliminar que foram capazes de determinar o número de observadores necessários e informou aos Estados membros para nomear os seus observadores," Mothae disse.

Nos inícios de Maio, o Comité Ministerial da SADC sobre o Órgão sobre Cooperação de Política, Defesa e Segurança esteve no Zimbabwe para avaliar a situação política e preparações para a segunda volta.

O comité, que esteve acompanhado pelo Secretário Executivo da SADC, Tomás Salomão, apelou às partes contestando a segunda volta para participarem no pleito em plena observação das leis do país e os Princípios e Guiões da SADC governando eleições democráticas.

A segunda volta é entre o incumbente, o Presidente

Robert Mugabe do partido no poder, União Nacional Africana Zimbabweana Frente Patriótica (Zanu FP), e Morgan Tsvangirai, líder da principal facção do Movimento para Mudança Democrática (MDC-T).

Um comunicado preliminar emitido pela SEOM antes do anúncio dos resultados da primeira volta das eleições concluiu que o pleito harmonizado zimbabweano de 29 de Março foi "uma expressão pacífica e credível da vontade do povo do Zimbabwe".

Estas eleições consistiram de quatro boletins de voto para as presidenciais, autárquicas e duas salas do parlamento (Assembleia Nacional e Senado).

A cimeira da SADC realizada na Zâmbia, no dia 13

de Abril, congratulou o povo do Zimbabwe pela "forma pacífica e ordeira com que se comportou antes, durante e depois das eleições."

A cimeira também congratulou o governo do Zimbabwe por assegurar que as eleições fossem realizadas num ambiente pacífico e apelou à ZEC para verificar e anunciar os resultados o mais rápido possível "de acordo com o devido processo da lei".

Os resultados das eleições presidenciais foram anunciados pela ZEC no dia 2 de Maio na esteira do que a comissão disse ter sido um processo meticuloso de verificação necessário.

A ZEC anunciou novos regulamentos para a segunda volta presidencial, que pretendem acelerar o anúncio dos resultados. □

Eleições legislativas angolanas para Setembro

O PRESIDENTE Angolano, José Eduardo dos Santos, confirmou que as eleições legislativas serão realizadas no dia 5 de Setembro de 2008 "em todo o território nacional".

O anúncio em Junho seguiu-se à uma reunião do Conselho da República, um organismo politicamente abrangente presidido pelo presidente, deu uma aprovação final para as eleições após ser dado o relatório sobre os arranjos e preparações.

As eleições serão as primeiras desde o fim formal das guerras civis de 27 anos em 2002, e foram atrasadas por mais de um ano para permitir a finalização do registo eleitoral, um exercício

logístico difícil num país que ainda leva a cabo a reconstrução pós-guerra.

Dos Santos, 65 anos, é líder do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e tornou-se presidente do país em 1979, após a morte do fundador de Angola, Dr Agostinho Neto.

As últimas eleições nacionais ocorreram durante o processo de cessar-fogo em 1992 quando o falecido Jonas Savimbi da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) concorreu contra dos Santos e perdeu a primeira volta antes de recusar-se a contestar a segunda.

Espera-se que as próximas eleições presidenciais sejam em 2009. □

Ministros da SADC aceleram progresso rumo à igualdade de género

por Petronella Mugoni

OS MINISTROS da SADC responsáveis pelo Género e Assuntos da Mulher reuniram-se recentemente na capital namibiana, Windhoek, para discutir a sua proposta de Protocolo sobre o Género e Desenvolvimento.

O objectivo do encontro era de preparar a apresentação do protocolo à Cimeira dos Chefes de Estado e Governo dos 14 Estados membro em Agosto.

A agenda, com o lema "SADC Acelerando o Progresso no Alcance da Igualdade do Género", permitiu aos ministros do género para reflectir sobre os resultados da reunião regional de funcionários seniores da SADC realizada em Livingstone, Zâmbia, em Dezembro de 2007, com o objectivo de acertar as arestas do protocolo.

O Presidente Namibiano, Hifikepunye Pohamba, disse no seu discurso de abertura que o progresso foi feito na sensibilização dos cidadãos sobre questões do género, mas há ainda necessidade para um instrumento legalmente vinculativo para acelerar o processo. A comunicação de Pohamba foi apresentado pelo antigo ministro de género, Netumbo Nandi-Ndaitwah, que é actual Ministra do Ambiente e Turismo.

As discussões dos ministros de género resultaram da decisão dos líderes da SADC na sua Cimeira o ano passado, na Zâmbia, para atrasar a assinatura da proposta do protocolo até que amplas consultas fossem feitas, especialmente sobre as metas de implementação.

A proposta foi devolvida aos ministros da SADC responsáveis pelo género para mais auscultações nacionais.

Sublinhando a importância de rever a proposta para se alcançar consenso antes do protocolo ser re-submetido à

Cimeira em 2008, a Unidade de Género da SADC preparou um roteiro rumo à aprovação do protocolo, com prazos das actividades a serem levados a cabo antes da re-submissão.

A reunião dos ministros da SADC em Windhoek foi um terceiro passo no processo acordado.

Namíbia alcança a meta dos 30 por cento de mulheres na Assembleia Nacional

A **NAMÍBIA** tornou-se o quarto país na região a alcançar os 30 por cento de representatividade de mulheres em posições políticas e de tomadas de decisões.

Três mais mulheres foram nomeadas ao parlamento na Namíbia, em Maio, elevando para 24 o número de mulheres de um total de 78 deputados na Assembleia Nacional.

Isso concede as mulheres 31 por cento dos assentos, dos anteriores 27 por cento.

As mulheres foram nomeadas em linhas com regulamentos dos partidos para substituir três deputados que morreram ou demitiram-se, duas do partido no poder, SWAPO, e uma da oposição.

Sob o sistema eleitoral de Representação Proporcional (RP) da Namíbia, o eleitorado vota para as listas dos partidos contendo os candidatos apresentados por cada partido. Se o candidato não pode tomar o seu assento, então a próxima pessoa na lista é normalmente nomeada.

Alguns partidos políticos em países que usam o sistema de RP seleccionam candidatas em cada segundo ou terceiro lugar na sua lista para assegurar uma representação equitativa.

A Namíbia mostrou um comprometimento consistente para assegurar a participação igual da mulher na política e tomada de decisões como provado pela tendência ascendente do

O primeiro passo foi a reunião de funcionários seniores em Dezembro de 2007, enquanto o segundo consistiu de auscultações nacionais com todos os parceiros de Janeiro a Março de 2008.

Porém, antes do documento ser apresentado à Cimeira deve ser discutido numa

reunião dos ministros da justiça, que é o quarto passo no roteiro.

Um protocolo é o mais vinculativo dos instrumentos legais da SADC e mostra o pleno comprometimento dos governos da SADC em abordar os desafios confrontando a mulher na região. □

número de mulheres no parlamento.

Nas últimas eleições gerais em 2004, o número de mulheres no parlamento aumentou de 20 por cento para 27 por cento. Ao mesmo tempo, a Namíbia nomeou uma mulher, Libertina Amathila, para vice-Primeira Ministra.

Mulheres foram também nomeadas para posições de vice-presidente da Assembleia Nacional, Ministra da Justiça e Procuradora Geral, bem com Ministra das Finanças.

Com as últimas nomeações, a Namíbia torna-se o quarto país da SADC a alcançar a meta estabelecida pela Declaração da SADC sobre o Género e Desenvolvimento em 1997,

juntando-se a África do Sul, Moçambique e República Unida da Tanzânia em satisfazer essa quota.

A quota voluntária dos partidos, e o sistema PR, é também usada na África do Sul e Moçambique, e não é nenhuma coincidência que estes dois têm a maior representação de mulheres no parlamento na região.

A Tanzânia tem o sistema de constituências de Maioria, contestado por ambos os homens e mulheres, mas a constituição garante que um terço adicional de assentos seja reservado para mulheres, nomeadas sob o sistema PR baseado no número de assentos que cada partido ganha nas eleições. □

Representação de mulheres nos estados membro da SADC nas últimas duas eleições

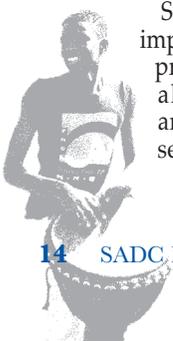
País	Ano de Eleições	% de Mulheres	Election Year	% de Mulheres Deputadas	Sistema Eleitoral
Angola	-	-	1992	9.5	PR
Botswana	1999	18.2	2004	11.1	FPTP
Congo DRC	-	-	2006	12	FPTP
Lesotho	2002	12	2007	23	FPTP
Madagáscar	2002	-	2007	7.9	FPTP
Malawi	1999	8.3	2004	17	FPTP
Maurícias	2000	5.7	2005	17	FPTP
Moçambique	1999	28.6	2004	33.3	PR
Namíbia	1999	19.2	2004	24.4	PR
África do Sul	1999	30	2004	37.8	PR
Suazilândia	1998	7.3	2003	19	FPTP
Tanzania	2000	16.3	2005	30.3	FPTP; PR*
Zâmbia	2001	12.7	2006	14.7	FPTP
Zimbábwe	2005	15.8	2008	13	FPTP

Compilado por SARDC WIDSAA 2008

*Constituição da República Unida da Tanzânia garante pelo menos um terço de assentos para mulheres sob o sistema de RP

Chave: RP - Representação Proporcional

M - Maioria Simples





A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO
DA **ÁFRICA AUSTRAL HOJE**

SADC Hoje, Vol. 10 No. 6 Junho 2008



SADC HOJE é produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e um guia para os decisores a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente nos mídia e outras publicações, citando a fonte.

EDITOR

Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL

Bayano Valy, Tomas Vieira Mario,
Richard Nyamanhindi, Patience Zirima, Petronella Mugoni, Patricia Munemo,
Takura Chamuka, Clever Mafuta, Tigere Chagutah,
Phyllis Johnson, Shiela Chikulo, Emmanuella Matorofa

ASSESSORA EDITORIA

Chefe da Unidade das Corporações de Comunicação da SADC
Leeefa Penehupifo Martin

TRADUTOR

Bayano Valy, Tomás Vieira Mario

SADC HOJE é publicada seis vezes ao ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa da África Austral (SARDC), para o secretariado da SADC em Gaborone, Botswana como uma fonte de conhecimentos fiável sobre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. O conteúdo considera os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) e a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, como essenciais ao desenvolvimento da região.

© SADC, SARDC, 2008

SADC HOJE recebe de bom grado contribuições individuais e de organizações na região da SADC sob a forma de artigos, foto, notícias e comentários, bem como artigos relevantes de fora da região. É pago um montante padrão pelos artigos, fotos e ilustrações usados na publicação. O editor reserva-se ao direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e a editar segundo o espaço disponível. Os conteúdos não reflectem necessariamente as posições e opiniões oficiais da SADC ou SARDC.

Assine Hoje

SADC HOJE encontra-se disponível através de uma assinatura anual. Para seis edições por ano, o valor é de US\$75 para fora de África, US\$55 para o resto da África e US\$45 dentro dos países da SADC. A sua assinatura permití-lo-á a receber a revista por correio aéreo ou electrónico. Para mais detalhes sobre assinaturas, por favor contacte o Editor



A SADC Hoje é apoiada pela
Southern Africa Trust



SADC HOJE é publicada em Inglês e Português bem como disponível em formato electrónico em Francês.

COMPOSIÇÃO E MAQUETIZAÇÃO

Tonely Ngwenya

FOTOS & ILUSTRAÇÕES

p1, T Chamuka (SARDC), SA Tourism; p3 M Madakufamba (SARDC);
p4 (top) SARDC (bottom) M Madakufamba; p6 Cite Ferhat Momedé;
p8-9 Eskom, NamPower; p10 R Nyamanhindi (SARDC)

ORIGEM & IMPRESSÃO

DS Print Media, Johannesburg

A correspondência deve ser endereçada à:

O Editor, SADC TODAY
SARDC, 15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel 263 4 791141 Fax 263 4 791271
sadcoday@sardc.net

or

ou SADC HOJE
SARDC, Rua D. Afonso Henriques, 141, Maputo, Moçambique
Tel 258 1 490831 Fax 258 1 491178
sardc@maputo.sardc.net

Website do Information 21

www.sadc.int www.sardc.net; www.ips.org; www.saba.co.za

Agradecimentos às seguintes Linhas Aéreas por ajudarem na distribuição da SADC Hoje:
Air Botswana, Linhas Aéreas de Moçambique, Air Namibia, South African Air ways, TAAG,
Zambian Air ways and Air Zimbabwe.

DIÁRIO DE EVENTOS 2008

Junho

2-4, Zâmbia

XIVª Reunião do Comité Intergovernmental de Peritos (ICE)

Nesta ocasião, a afiliação do ICE será expandida para cooptar outros ministérios relevantes, incluindo aqueles com responsabilidade específica na Zona de Comércio Livre.

4-6, África do Sul

Fórum Económico Mundial sobre África

O XVIIIº Fórum Económico Mundial sobre África discutirá os impactos do comércio global sobre o continente. As discussões irão rever as últimas iniciativas para confrontar o ambiente de negócios, infraestrutura física e social, bem como dicas sobre as prioridades emergentes dos novos líderes de negócios.

7-12, África do Sul

XIIª Sessão da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente

A conferência é o mais alto órgão da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN), cujos membros são ministros africanos responsáveis pelo ambiente. AMCEN liderou o processo de desenvolvimento de um plano de acção da Iniciativa Ambiental para a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e reúne-se para discutir e acordar sobre programas e iniciativas que facilitam a implementação efectiva do seu mandato rumo à protecção ambiental em África.

17-20, Suazilândia

Comité Integrado de Ministros (ICM) da SADC

O ICM consiste de pelo menos dois ministros de cada Estado membro da SADC. O seu papel é de assegurar uma orientação de políticas apropriadas e coordenação de actividades transversais da SADC. A reunião reverá as actividades das direcções da SADC para assegurar a rápida implementação dos programas que doutro modo esperariam pelo Conselho de Ministros.

30-1 Julho, Egipto

XIª Cimeira da União Africana

A Assembleia dos Chefes de Estado dos 53 países membro da União Africana reunir-se-ão em Sharm El Sheikh, Egipto, para a sua décima-primeira sessão ordinária. O lema deste ano é "Alcançando os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio sobre Água e Saneamento". Uma Sessão Ordinária dos Representantes Permanentes e a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros precederão a reunião.

Julho

1-2, África do Sul

Conferência Internacional sobre Conhecimento e Informação Intermediários

A conferência pretende incidir a luz sobre o papel de agentes de pesquisa e intermediários e a contribuição que podem fazer apoiando e promovendo políticas e práticas pró-pobres baseadas em evidências. Sob o lema, "Localizar o poder intermédio", a conferência é organizada pelo Conselho de Pesquisa sobre Ciências Sociais da África do Sul e o Instituto de Estudos de Desenvolvimento, Reino Unido.

2-4, França

Xº Fórum Africano de Energia

Lançado em 1999, o Fórum Africano de Energia é prestigioso fórum annual de investimentos em energia e gás e de negócios, onde os governos e empresas de electricidade discutem a situação internacional de energia com enfoque sobre os sectores de energia e gás de África.

50 anos

15 de Abril 1958
Primeira Conferência dos
Estados Africanos Independentes

45 anos

25 de Maio 1963
OUA >>>>> UA

Dia de África: Assinalando o progresso do continente

LÍDERES AFRICANOS e activistas políticos juntaram-se no Gana, no dia 15 de Abril de 1958, para a primeira conferência dos Estados africanos independentes, acolhida por Kwame Nkrumah, um anos após ter liderado o Gana à independência no dia 6 de Março de 1957.

Essa conferência foi significativa por que representou a primeira conferência pan-africana realizada em solo africano, representando a expressão colectiva da resistência pan-africana ao colonialismo, e foi acolhida pelo primeiro país africano sub-sahariano a obter independência de uma potência colonial.

A anterior conferência, em 1945, foi realizada em Londres onde Nkrumah ajudou Geoge Padmore a organizar o quinto Congresso Pan-Africano, onde elaborou a "Declaração dos Povos Coloniais do Mundo".

Nkrumah regressou à casa em 1947 para se engajar em actividades políticas e formou o Partido de Convecção Popular em 1949, dizendo: "Em todas as guerras políticas chegam raros momentos, difíceis de distinguir mais fatais quando se desperdiçam, quando tudo depende de chance, e do simples o homem ganha forças."

Um anos após a independência, ele acolheu a Primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes. Eram oito, incluindo Gana, Egipto, Etiópia, Libéria, Líbia, Marrocos, Sudão e Tunísia. Eram a representação total de África nas Nações Unidas.

Representantes da Frente de Libertação Nacional da Argélia e a União dos Povos Camarones também participaram.

A conferência apelou para o estabelecimento do Dia da Liberdade Africana, um dia para "cada ano assinalar o progresso do movimento de libertação, e para simbolizar a determinação do povo de África de se livrar da dominação e exploração coloniais."

Cinco anos mais tarde, outra reunião histórica ocorreu na Etiópia, após mais países terem ganho independência política.

No dia 25 de Maio de 1963, líderes de 32 Estados africanos independentes reuniram-se em Adis Ababa para formarem a Organização da Unidade Africana (OUA), que agora é a União Africana.

Até então, mais de dois-terços do continente já tinham alcançado independência.

Nessa histórica reunião, o Dia de Liberdade da África foi alterada de 15 de Abril para 25 de Maio e o Dia de Liberdade da África foi declarado Dia Africano de Liberdade, agora celebrado no continente como o Dia da África.

A comemoração oferece uma plataforma para a recordação da história africana, desde o rico período de desenvolvimento pré-colonial pelos anos negros da escravatura e colonialismo até à libertação da África Austral e o fim do sistema do apartheid na África do Sul, em Maio de 1994, mais de 30 anos após a formação da OUA e o seu Comité de Libertação.

Nkrumah esperava que a OUA fosse a fundação de um governo da União Africana, e isso se concretizou 40 anos após ter liderado o povo da antiga Costa de Ouro à independência como Gana.

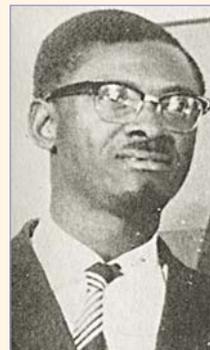
A União Africana está agora estabelecida com uma Comissão Permanente para dirigir as suas operações, um braço de desenvolvimento chamado Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), e o Parlamento Pan-Africano.

Unidade Africana

"Para muitos, a unidade dos Estados africanos que nós julgamos como a base primária da nossa política africana parece visionária e não-alcançável. Não temos este ponto de vista. A unidade dos Estados africanos pode ser uma realidade e será alcançada mais cedo do que muitos de nós supomos."



Nkrumah



Lumumba



Nyerere

NOS FINAIS de 1958, Kwame Nkrumah acolheu uma outra conferência, a Conferência para Todos os Povos Africanos, em Acrá, onde participaram homens que tornaram-se líderes políticos notáveis, incluindo Patrice Lumumba, Julius Nyerere e outros. Eles regressaram para casa determinados a acabar com o jugo colonial e transformar seus territórios em bases para os movimentos de libertação.

Nkrumah abordou muitos desafios da África contemporânea nos seus livros, escritos nos anos 60, incluindo *Falo de Liberdade, A Luta Continua, e A África Deve Unir-se*. Ele podia prever muitos dos desafios em frente quando escreveu que a "independência do Gana não tem sentido se não é ligada com a total libertação da África... e com a projecção da personalidade africana na comunidade internacional."

No último livro ele escreveu dos perigos da balcanização, incluindo a divisão política e conflito, a necessidade vital para unificação política, e o planeamento económico africano. No livro *Desafio do Congo*, Nkrumah mostrou "quão fútil pode ser a independência política sem liberdade económica e quão necessário era encontrar soluções africanas para problemas africanos."

Feridos na SADC Junho - Agosto 2008

1 Junho	Dia Internacional da Criança	Angola
14 Junho	Dia da Liberdade	Malawi
16 Junho	Dia da Juventude	África do Sul
24 Junho	Dia do Pescador	RDC
25 Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 Junho	Dia da Independência	Madagáscar
30 Junho	Dia da Independência	RDC
1 Julho	Dia de Sir Seretse Khama	Botswana
3 Julho	Feriado Nacional	Botswana
6 Julho	Dia da Independência	Malawi
7 Julho	Dia dos Heróis	Zâmbia
7 Julho	Dia Internacional da Feira Comercial	Tanzania
8 Julho	Dia da Unidade	Zâmbia
17 Julho	Aniversário do Rei	Lesotho
19 Julho	Dia do Presidente	Botswana
20 Julho	Feriado Nacional	Botswana
22 Julho	Feriado Nacional	Suazilândia
1 Agosto	Dias dos Pais	RDC
4 Agosto	Dia do Fomeiro	Zâmbia
8 Agosto	Dia do Fomeiro	Tanzania
9 Agosto	Dia Nacional da Mulher	África do Sul
11 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbábue
12 Agosto	Dia da Forças Armadas	Zimbábue
15 Agosto	Dia da Assunção	Madagáscar, Maurícias
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia